



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

# III SINESPP

20 a 24  
OUTUBRO  
2020

**SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

## EIXO TEMÁTICO 4 | SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

### ENFRENTAMENTO DA OBESIDADE NO BRASIL: algumas reflexões sobre ações de combate e prevenção

COPING WITH OBESITY IN BRAZIL: some reflections on actions to combat and prevent

Livia Maria Lima de Jesus<sup>1</sup>

#### RESUMO

A obesidade é uma doença multifatorial, definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como o anormal ou o excessivo acúmulo de gordura que podem prejudicar a saúde, sendo medidos pelo Índice de Massa Corporal (IMC). O presente estudo tem por objetivo analisar a obesidade e suas ações de combate e prevenção no Brasil, destacando o Guia Alimentar para a População Brasileira, como uma dessas ações. Ao longo dos anos houve avanço em relação às ações de combate e prevenção da saúde, porém, tem-se também ao mesmo tempo avanço nos índices de pessoas com excesso de peso. O enfrentamento à obesidade não deve ser apenas investir em políticas públicas que levem à população informações necessárias sobre a alimentação saudável, mas em mesmo grau de importância, proporcionar o acesso a esses meios.

**Palavras-chaves:** Obesidade. Saúde. Políticas Públicas.

#### ABSTRACT

Obesity is a multifactorial disease, defined by the World Health Organization (WHO), as abnormal or excessive accumulation of fat that can harm health, being measured by the Body Mass Index (BMI). The present study aims to analyze obesity and its actions to combat and prevent it in Brazil, highlighting the Food Guide for the Brazilian Population, as one of these actions. Over the years there has been progress in terms of actions to combat and prevent health, however, there has also been an increase in the rates of overweight people at the same time. Coping with obesity should not be just investing in public policies that provide the population with the necessary

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Email: liviamaria3359@gmail.com

information about healthy eating, but in the same degree of importance, providing access to these means.

**Keywords:** Obesity. Health. Public Policies.

## **INTRODUÇÃO**

A obesidade é definida como excesso de gordura corporal, caracterizando-se como doença crônica. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a obesidade também pode ser definida como doença na qual o excesso de gordura corporal se acumulou a tal ponto que a saúde pode ser afetada. Sua etiologia é multifatorial, ou seja, envolve aspectos genéticos, ambientais, culturais, históricos, ecológicos, políticos, socioeconômicos, psicossociais e culturais. A obesidade hoje, se mostra como problema de saúde pública, sendo o Estado, responsável por respostas que trabalhem na prevenção e tratamento da obesidade.

Objetiva-se com este trabalho refletir sobre as ações que vem sendo realizadas direcionadas a questão do peso, mais especificamente no que se refere a obesidade, enfatizando o Guia de Alimentação para a População Brasileira como uma dessas ações. E para isso, é necessário, primeiramente, realizar uma reflexão acerca do atual conceito da obesidade e seus dados mais recentes no Brasil.

Do ponto de vista metodológico o referido trabalho resulta de reflexões sistematizadas, a partir de pesquisas bibliográficas em dissertações, teses, resultados de estudos e análises na área da obesidade, da saúde e políticas públicas e pesquisa documental tendo como referência os dados e percentuais fornecidos pela Organização Mundial da Saúde(OMS), Ministério da Saúde do Brasil, Pesquisa de Orçamentos Familiares/POF - por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Vigilância De Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL), que se fizeram importantes para o desenvolvimento deste estudo.

## **2 OBESIDADE NO BRASIL**

A Organização Mundial da Saúde (OMS), define a obesidade como o anormal ou o excessivo acúmulo de gordura que podem prejudicar a saúde, sendo medidos pelo

Índice de Massa Corporal (IMC), que correlaciona peso e altura. O IMC é definido como o peso da pessoa em quilogramas dividido pelo quadrado da sua altura em metros ( $\text{kg}/\text{m}^2$ ), sendo a medida comumente utilizada para classificar sobrepeso e obesidade em adultos. A obesidade é considerada uma doença multifatorial. Segundo Crispim (2010),

A obesidade envolve múltiplos fatores [...] As práticas alimentares envolvem não somente a seleção, o preparo e o consumo dos alimentos; elas são determinadas por influências culturais, pelo modo de vida, pela introdução de novos alimentos à dieta habitual, através dos meios de comunicação, associadas a fatores econômicos e sociais, e por regras que são impostas pelo processo de globalização, que em prol do crescimento econômico e da modernização, impõem seus ditames na cultura alimentar da população mundial. (CRISPIM, 2010, p.25)

A obesidade atinge um número elevado de pessoas e ocasiona inúmeras doenças, dentre elas: hipertensão arterial, insuficiência cardíaca; diabetes tipo 2, câncer, entre muitas outras.

Entre os anos de 1974 e 1989 a maioria da população brasileira estava em um patamar considerado abaixo do peso ideal. Entre os anos de 1970 até 2009 houve um aumento considerável no número de obesos e pessoas com excesso de peso no País, segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2008-2009, uma relação entre a obesidade e a menor escolaridade tem sido observada no Brasil e em outros países.

Entre os anos de 2006 e 2012 registra-se o aumento no índice de obesidade, em 2006 os obesos representavam 11,8% da população brasileira em 2012, os obesos correspondiam a 17,1% da população (VIGETEL,2012). Em 2015 os resultados da pesquisa realizada pela Vigetel, revelam que entre 2006 e 2014 o número de brasileiros com excesso de peso aumentou de 43% para 52% (BRASIL,2015)

Conforme os dados da última pesquisa da Vigetel, houve um aumento no índice de obesidade de 67,8% nos últimos treze anos, saindo de 11,8% em 2006 para 19,8% em 2018. Os dados mostram ainda que a frequência de adultos obesos foi de 19,8%, sendo ligeiramente maior entre as mulheres (20,7%) do que entre os homens (18,7%). A frequência de obesidade aumentou com a idade até os 44 anos para homens e até os 64 anos para mulheres. Em ambos os sexos, a frequência de obesidade diminuiu com o aumento do nível de escolaridade, de forma notável para mulheres (VIGETEL,2019).

Diante do crescimento dos índices da obesidade, no Brasil, o Ministério da Saúde, através do Sistema Único de Saúde (SUS), é quem propõe as ações de combate à doença. Na década de 1990, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN, 1999), definiu diretrizes para organizar as ações de prevenção e tratamento da obesidade no SUS. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), após dez anos de sua aprovação é reatualizada.

## 2.1 OBESIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

Nem sempre a obesidade foi vista da mesma maneira, durante um determinado tempo da história da humanidade, o ganho de peso e acúmulo de gordura foi visto como sinal de saúde e prosperidade.

Com a criação da OMS, em 1948, a obesidade agrega a CID, sendo apontada como patologia. Nesse período não houve grande repercussão social, tampouco era vista como preocupação aplicável de intervenção estatal. A questão da obesidade não era considerada como realidade que implicasse tratamento, porque era avaliada como um descuido por uma grande parcela da sociedade (PIMENTA; ROCHA; MARCONDES, 2015).

Com a chegada da “[...] década de 60, modificações nos padrões de morbimortalidade da população vêm sendo objetivamente estudadas e analisadas sob o enfoque dos processos de Transição Demográfica, Transição Epidemiológica e Transição Nutricional” (PINHEIRO; FREITAS; CORSO, 2004). A partir desse momento, a obesidade passou a ser analisada com maior atenção pelos profissionais da saúde e por toda sociedade.

O cardápio dos brasileiros sofreu diversas alterações, sendo agora composto por alimentos tradicionais (arroz e feijão) em conjunto com alimentos ultraprocessados<sup>2</sup> com altos teores de gordura, sódio e açúcares, e pobres em micronutrientes e proteínas (POLÍTICA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, 2012). A mudança de hábitos alimentares que vem ocorrendo nas últimas décadas, e as consequências advindas dela, são pontos centrais no debate acerca da segurança alimentar ( RODRIGUES,2015).

Como observado na seção anterior os índices da obesidade vem crescendo ao longo dos anos, existe uma grande preocupação, no atual contexto epidemiológico, por

parte da Organização Mundial da Saúde (OMS) com o aumento da população obesa mundial e, conseqüentemente, com o tratamento e controle dessa problemática. A OMS recomenda a redução moderada na ingestão de energia como estratégia para redução da massa corporal, associada a exercícios físicos e às mudanças nos hábitos cotidianos (WORD HEALTH ORGANIZATION, 1998).

No Brasil tem-se alguns exemplos de políticas e ações, cujo foco situa-se na questão da segurança alimentar.

No contexto de regulação do SUS para atuar na formulação e no controle das políticas públicas de saúde, surge a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN, portaria n.º 710/1999), que atesta o compromisso do Ministério da Saúde em controlar os males relacionados à alimentação e nutrição no Brasil, sendo que também definiu diretrizes para organizar as ações de prevenção e tratamento da obesidade.

Em 2006, no Brasil, foi instituído o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) que organiza ações implementadas por diferentes ministérios, abarcando desde a produção até o consumo de alimentos. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), as Conferências Nacionais e a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) integram o SISAN.

Com o propósito de combater quadros de desnutrição e obesidade, além de promover a saúde da população, uma ação que ganha destaque é o Guia Alimentar para a População Brasileira, lançado em 2006, e reatualizado, em 2014, pelo Ministério da Saúde (MS). O guia se constitui em uma das estratégias para implementação da diretriz de promoção da alimentação adequada e saudável que integra a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2014).

O Guia Alimentar para a População Brasileira se constitui como instrumento para apoiar e incentivar práticas alimentares saudáveis no âmbito individual e coletivo, bem como para subsidiar políticas, programas e ações que visem a incentivar, apoiar, proteger e promover a saúde e a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2014).

O guia apresenta recomendações gerais que orientam a escolha de alimentos para compor uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa e culturalmente apropriada, recomendando a utilização de alimentos *in natura* ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultraprocessados.

Nota-se que ao longo dos anos houve avanço em relação às ações de combate e prevenção da saúde, porém, tem-se também o avanço nos índices de pessoas com excesso de peso, o que inclui a obesidade. O que nos propõe a pensar sobre o nível de efetividade das políticas públicas e ações no que diz respeito a essa demanda. Quando o Estado passa a investir na prevenção, promoção e tratamento da obesidade, deve ser levado em conta todos condicionantes e determinantes da doença, não considerando somente o objetivo que se pretende alcançar, mas os sujeitos e suas particularidades.

O guia alimentar, indica que a alimentação tenha como base alimentos frescos (frutas, carnes, legumes) e minimamente processados (arroz, feijão e frutas secas), além de evitar os ultraprocessados: macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote e refrigerantes (BRASIL, 2014). Embora tenha-se esses apontamentos normativos, o que é observado na realidade concreta é contrário a essas instruções.

Possuir uma alimentação saudável envolve fatores de natureza física, econômica, política, cultural e social que influenciam de forma positiva ou negativa essa adoção. Alguns aspectos merecem ser destacados: As pessoas possuem conhecimento de que existe um Guia Alimentar para a população? De que forma as informações desse guia chega até a população?

Os dados da última pesquisa da Vigetel 2019, mostram que a frequência de obesidade diminuiu com o aumento do nível de escolaridade, esse é um aspecto a ser considerado. São necessárias estratégias para que essas instruções cheguem até a população de modo que seja de fácil compreensão. Outro aspecto a ser levado em consideração são as particularidades de cada região, por exemplo, pessoas que moram no nordeste brasileiro são e vivem contextos diferentes das pessoas que moram no Sul, do mesmo modo as que moram nos centros urbanos e nas zonas rurais.

A renda, é outra questão de importante destaque, segundo Rech; Borfe; Emmanouilidis; Garcia; Krug (2006),

A escolha alimentar é complexa, e pode variar devido às características ambientais e individuais, assim como fatores econômicos, tais como renda e preço, que são fatores importantes na escolha alimentar, em que o mecanismo de preços exerce caráter proibitivo sobre escolhas alimentares de modo inversamente proporcional ao nível socioeconômico do indivíduo (RECH; BORFE; EMMANOUILIDIS; GARCIA; KRUG, 2016, p. 4 )

As pessoas com excesso de peso e obesidade convivem no seu cotidiano com os seguintes aspectos: altos preços das frutas e vegetais, como também de outros alimentos com alta qualidade nutricional, tornando-se os alimentos inacessíveis a grande parte dos obesos (CRISPIM,2010).

Se o preço dos alimentos aumenta muito e a renda da população não acompanha o aumento, possivelmente, as famílias, principalmente as de baixa renda, diminuirão a quantidade e/ou qualidade dos alimentos adquiridos. Por exemplo, em uma família com um grande número de pessoas, em que o sustento provém de uma única pessoa, geralmente o que determina a escolha dos alimentos é o preço, se os alimentos ricos em açúcar, gordura e sal estiverem muito mais baratos e acessíveis do que alimentos integrais, frutas e verduras, a tendência é que se prefira os alimentos do primeiro grupo. Crispim apud Patel (2010), afirma que,

[...] a diferença de preço for acompanhada por propaganda e publicidade excessivas de alimentos industrializados. Porém, mesmo que eles estejam dispostos a comer um número limitado de frutas, hortaliças e animais disponíveis na natureza, um pouco de publicidade é capaz de persuadi-los a expandir o alcance de suas opções. Ou melhor, a indústria de alimentos tem a capacidade de dar a alguns alimentos um sabor como algo que nunca se havia criado, ainda que posteriormente pareça que sempre houvesse existido. E enquanto agrega lentamente novos alimentos naturais ao cardápio das pessoas, a indústria alimentar acrescenta todos os anos dezenas de mil novos produtos aos expositores, alguns dos quais se convertem em elementos indispensáveis, até o ponto que, depois de uma geração, não se pode pensar em viver sem eles (CRISPIM apud PATEL, 2010, p. 89).

Esses são alguns dos aspectos demonstram que a alimentação é multideterminada e que, portanto, deve existir uma perspectiva intersetorial nas ações de enfrentamento a obesidade, considerando os sujeitos em sua totalidade, nas suas necessidades individuais e coletivas. Ações resolutivas nessas áreas exigem conexão com outros setores como educação, trabalho e emprego, habitação, cultura e outros.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na contemporaneidade, a obesidade e seus consequentes problemas ganham enormes proporções. Tem-se claro que o entendimento da obesidade vai além dos aparentes fatores genéticos, comportamentais ou emocionais. As determinações dessa doença perpassam por questões sociais, políticas e econômicas.

O Guia de Alimentação para a População Brasileiro é um grande avanço para o combate e prevenção da doença, embora não se contemple sua materialização. Verifica-se que a discussão sobre a obesidade no Brasil está condicionada as questões relacionadas à alimentação e nutrição. O enfrentamento à obesidade não é somente investir em políticas públicas que levem à população informações relevantes e necessárias sobre a alimentação adequada, mas em mesmo grau de importância, proporcionar o acesso a esses meios.

O presente estudo encontra-se em andamento, além dos aspectos apresentados no decorrer do trabalho, ainda existem outros que merecem atenção. É de fundamental importância analisar a obesidade em sua totalidade, pois só assim será possível propor intervenções amplas e integrais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. VIGITEL. **Vigilância De Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico**. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel\\_brasil\\_2011\\_fatores\\_risco\\_do\\_encas\\_cronicas.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2011_fatores_risco_do_encas_cronicas.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. VIGITEL. **Vigilância De Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico**. Brasília, 2012. Disponível [online] em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel\\_brasil\\_2012\\_vigilancia\\_risco.pdf?gathStatIcon=true](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2012_vigilancia_risco.pdf?gathStatIcon=true)>. Acesso em: 20 abr. 2020

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. VIGITEL. **Vigilância De Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico**. Brasília, 2015. Disponível [online] em: [http://portalms.saude.gov.br/images/pdf/2016/outubro/16/vigitel\\_brasil\\_2015.pdf](http://portalms.saude.gov.br/images/pdf/2016/outubro/16/vigitel_brasil_2015.pdf). Acesso em: 21 abr 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. VIGITEL. **Vigilância De Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico**. Brasília, 2014. Disponível [online] em: <<http://portalms.saude.gov.br/images/pdf/2015/novembro/24/vigitel-2014suplementar-ok-ok.pdf>>. Acesso em 20 abr 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. VIGITEL. **Vigilância De Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/publicações/vigitel\\_brasil\\_2018\\_vigilancis\\_fatores\\_risco.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/publicações/vigitel_brasil_2018_vigilancis_fatores_risco.pdf) Acesso em: 25 abr 2020



\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. – 2. ed. Brasília, 2014. Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf)> Acesso em: 05 maio 2020

CRISPIM, M. A. C. **Determinações da obesidade na pobreza: regência da acumulação do capita**. Maceió, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/4653>. Acesso em: 01 mai 2020

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2008/2009**. Rio de Janeiro. Disponível [online] em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>. Acesso em 21 abr 2020

**ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS)**. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Obesity: preventing and managing the global epidemic**. Genva, 2000. Disponível em: [http://whqlibdoc.who.int/trs/WHO\\_TRS\\_894.pdf](http://whqlibdoc.who.int/trs/WHO_TRS_894.pdf). Acesso em: 16 abr 2020.

PIMENTA, Teófilo Antônio Máximo; ROCHA, Renato; MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira. **Políticas públicas de intervenção na obesidade infantil no Brasil: uma breve análise da política nacional de alimentação e nutrição e política nacional de promoção da saúde**. Unopar Científica Ciências Biológicas e da Saúde. p. 139-146, 2015. Disponível em: <http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/biologicas/article/view/305/286>. Acesso em: 25 abr 2020

PINHEIRO, Anelise Rizzolo de Oliveira; FREITAS, Sérgio Fernando Torres de; CORSO, Arlete Catarina Tittoni. **Uma abordagem epidemiológica da obesidade**. *Rev. Nutr.*, Campinas, 17(4):523-533, out. /dez., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v17n4/22900.pdf>> Acesso em: 25 abr 2020

RECH, Daiani Cristina. BORFE ,Letícia. EMMANOUILIDIS ,Alessandra. GARCIA, Edna Linhares. KRUG, Suzane Beatriz Frantz. **As políticas públicas e o enfrentamento da obesidade no Brasil: uma revisão reflexiva**. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 2016 Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/viewFile/7974/5165>>. Acesso em : 05 maio 2020.